

Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Serviço Social - SER
Curso de Graduação em Serviço Social

**As facetas da dependência econômica como
obstáculo para mulheres que sofrem violência
doméstica e familiar**

Mariany Santos de Abreu

Brasília, 2015



Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Serviço Social - SER
Curso de Graduação em Serviço Social

MARIANY SANTOS DE ABREU

**AS FACETAS DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA COMO
OBSTÁCULOS PARA MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILIAR**

Monografia submetida ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social sob orientação da Prof^a Dr^a Karen Santana de Almeida Viera.

Brasília, 2015

Monografia submetida ao corpo docente da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos para a obtenção de grau de bacharel em Serviço Social

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Karen Santana de Almeida

Orientadora

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB

Prof^a. Liliam Sousa

Examinador interno

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB

Assistente social Raquel Guimarães Silva

Examinador externo

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF

Dedico às muitas mulheres que travam lutas diárias em busca da equidade de gênero e que rompem o silêncio para alcançar a superação da violência doméstica e familiar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre ser meu porto seguro, por me conceder sabedoria e condições para superar cada adversidade enfrentada.

Ao querido Willams Rocha, meu esposo, por sua compreensão, carinho e incansável apoio ao longo de todo o processo de elaboração deste estudo.

Aos meus pais que proporcionaram suporte necessário ao longo da vida.

À orientadora Karen de Almeida, por todo esforço empreendido e conhecimento compartilhado. Cada palavra de motivação e de cobrança foi basilar para a conclusão da pesquisa.

Ao assistente social Diogo, que contribuiu de forma valiosa para a elaboração deste estudo. Os momentos em que trabalhamos juntos proporcionaram grandes aprendizados acadêmicos e para a vida.

À amiga e madrinha de casamento Renata, por seu companheirismo na trajetória acadêmica e vida pessoal, prolongando nossa amizade para além da universidade.

À minha irmã, Marysa, pelos debates e embates empreendidos. Eles sempre nos auxiliam a refletir sobre questões significativas.

À professora Liliam Sousa e assistente social Raquel Silva que gentilmente aceitaram participar da banca avaliadora deste trabalho.

Aos muitos mestres que motivaram a persistência para alcançar a graduação.

Hoje recebi flores

*Mas não é o meu aniversário
Ou nenhum outro dia especial
Ontem à noite tivemos a nossa primeira discussão
Ele disse-me muitas coisas cruéis que me ofenderam muito
Mas sei que está arrependido e que não as disse a sério
Porque ele hoje me enviou flores
Não é o nosso aniversário ou nenhum outro dia especial*

*Ontem ele atirou-me contra a parede e começou a estrangular-me
Parecia um pesadelo, mas dos pesadelos nós acordamos e descobrimos que não é real
Hoje acordei cheia de dores e com golpes por todos os lados
Mas eu sei que está arrependido
Porque ele hoje me enviou flores
E não é dia dos namorados ou nenhum outro dia especial*

*Ontem à noite bateu-me e ameaçou matar-me
Nem a maquilhagem ou as mangas compridas poderiam ocultar os cortes e golpes que me
causou desta vez
Não pude ir ao trabalho
Porque não queria que se apercebessem
Mas sei que está arrependido
Porque ele hoje me enviou flores
E não era dia das mães ou nenhum outro dia especial*

*Ontem à noite voltou a bater-me, mas desta vez foi muito mais doloroso
Se conseguir deixá-lo, o que será de mim?
Como poderei sozinha manter os meus filhos?
O que me acontecerá quando faltar dinheiro para a subsistência? Tenho tanto medo
Dependo tanto dele, que tenho medo de deixá-lo
Mas sei que está arrependido
Porque ele hoje me enviou flores*

*Hoje é um dia muito especial na minha vida: o dia do meu funeral
Ontem finalmente, ele conseguiu matar-me. Bateu-me até à morte
Se ao menos eu tivesse tido a coragem e força para o deixar
Se ao menos tivesse tido a coragem para pedir ajuda...*

Hoje não teria recebido flores!

Autor Desconhecido

LISTA DE SIGLA

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNS – Conselho Nacional de Saúde

DEAM - Delegacias Especializadas de atendimento a Mulher

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LPM - Lei Maria da Penha

MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Paism - Programa de Assistência Integral A Saúde da Mulher

PNPM - Plano Nacional de Política para as Mulheres – PNPM.

PPA – Plano Plurianual

SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social

SOS Mulher - Serviço de acolhimento e orientação às mulheres vítimas de violência

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos serviços da rede de atendimento no período compreendido entre 2003, 2007, 2011	37
Gráfico 2 – Evolução das taxas de homicídio feminino (1980/2010)	47
Gráfico 3 - Os homens devem ser a cabeça do lar (2013	48
Gráfico 4 – O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros (2013	49
Gráfico 5 - Mulher é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar (2013)	50
Gráfico 6 – O que leva a mulher a não denunciar a agressão (2013)	6

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pesquisa realizada na base de dados Scientific Eletronic Library.....	43
Tabela 2 - Pesquisa realizada na base de dados Revista Katalysis Online.....	44
Tabela 3 – Pesquisa realizada na Biblioteca Digital de Monografias	46

RESUMO

Esta monografia intitulada “As facetas da dependência econômica como obstáculo para mulheres que sofrem violência doméstica e familiar” apresenta como objetivo analisar a relação da violência doméstica e a condição de dependência econômica como um fator para que elas não consigam se desvincular da situação de violência. Esse objetivo evidenciou-se a partir da problemática de pesquisa que ressaltou a necessidade de debater se a dependência econômica da mulher contribui para a não ruptura da violência até então vivenciada. Para isso foi feito levantamento de estudos bibliográficos que debatem o tema e realizado mapeamento de algumas das prevalências e fatores associados a violência a partir de estatísticas estudadas. A metodologia que norteou esse estudo utilizou instrumentos categóricos de pesquisa qualitativa de coleta de dados, tais como revisão bibliográfica e análise de conteúdo, o que viabilizou aproximações da realidade, ainda que no limite de uma pesquisa documental. Ao final, verificou-se que atrelado ao medo, a dependência econômica se confirma como um dos principais fatores que leva as vítimas a não romper a violência, a inibindo de denunciar o agressor.

Palavras-chave: Gênero, violência doméstica, dependência econômica e políticas públicas.

ABSTRACT

This institulada monograph "The facets of economic dependence as an obstacle for women who suffer domestic violence and familiar" features to analyze the relationship between domestic violence and the condition of economic dependence as a factor so that they can not dissociate itself from the violence. That goal became evident from the research problem that stressed the need to discuss the economic dependence of women contributes to not break the violence hitherto experienced. For this was done raising bibliographical studies that discuss the topic and conducted mapping of some of the prevalence and factors associated with violence from studied statistics. The methodology that guided this study used categorical research instruments quality of data collection, such as literature review and content analysis, based on historical and dialectical materialism, which enabled approximations of reality, albeit on the edge of a desk research. In the end, it was found that linked to fear, economic dependence is confirmed one of the main factors that leads victims to violence not break the inhibiting denounce the aggressor.

Keywords: Gender, domestic violence, economic dependence and public policy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A QUESTÃO DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE CONCEITUAL	17
1.1 Feminismo, gênero e violência doméstica: nuances necessárias para reflexões preliminares	17
1.2 A violência doméstica como expressão da questão social	24
CAPÍTULO II – A RELAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E A RUPTURA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	28
2.1 Violência doméstica: onde os muros são construídos pela dependência econômica	28
2.2 Políticas Públicas e o enfrentamento da violência doméstica	33
CAPÍTULO III – DESVELANDO DILEMAS DESENCADEADOS PELA CULTURA PATRIARCAL	40
3.1 Metodologia e procedimentos adotados para coleta de dados	40
3.2 Reflexões sobre dados estatísticos referentes a violência doméstica	47
A modo de conclusão	53
Referências bibliográficas	55

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a atualidade do tema da violência doméstica com a promulgação da lei 11.340/2006, designada Lei Maria da Penha, o mesmo tomou uma dimensão para além do mero debate acadêmico e passou a compor políticas públicas de combate à violência de gênero.

Entende-se que a violência contra a mulher é um ato de agressão motivado não apenas por questões estritamente pessoais, mas expressa posições de dominação do homem e subordinação da mulher. Não obstante, a violência doméstica em seus aspectos de violência física, moral, sexual, psicológica e patrimonial é um problema que está vinculado ao poder, onde impera a dominação masculina sobre as mulheres. Dessa forma, essas violências têm como base comum as desigualdades que predominam em nossa sociedade (Brasil, 2003).

Em notável pesquisa realizada por Kronbauer e Meneghel (2005), constatou-se que as mulheres com renda *per capita* inferior a um salário mínimo apresentaram maiores prevalências de violência de gênero. Mulheres que estavam em situação de vulnerabilidade social¹ apareceram com índices mais elevados de violências psicológica e física. O referido autor cita ainda que, apesar dos dados evidenciarem que as mulheres que se encontram em condições econômicas menos favorecidas estarem mais expostas às agressões citadas, a violência de gênero perpassa todas as classes sociais.

Independente do tipo de violência perpetrada contra a mulher, todas tem como base comum as desigualdades que predominam em nosso meio social. Podemos apontar como exemplo as desigualdades salariais; o assédio moral no trabalho; o uso do corpo da mulher como objeto nas campanhas publicitárias; o tratamento desumano que muitas recebem no serviço de saúde; enfim, todos esses tipos de violência afetam os direitos humanos e demonstram que são muitas as formas de violência contra a mulher (BRASIL, 2003).

Antes mesmo do debate sobre a Lei 11.340/2006, as diferentes formas de agressão contra a mulher ainda eram vistas na sociedade de forma naturalizada, presente no cotidiano e reafirmado pelo conjunto de representações e papéis atribuídos aos homens e mulheres. A lei permanece como estratégia de combate a esse fenômeno, posto que mobiliza uma rede

¹ De acordo com Padoin (2010), vulnerabilidade social diz respeito ao estado no qual se encontram indivíduos ou grupos desprovidos de acesso a oportunidades sociais, econômicas e culturais que são ofertados pelo Estado, mercado e sociedade. Desse modo, compõe a carência no acesso a bens e serviços, como educação, lazer, saúde, trabalho e cultura.

institucional no sentido de coibir e punir essa prática de forma efetiva, dada a insuficiência e ineficácia das medidas até então tomadas pelos poderes públicos (MIZUNO, 2010).

A partir do início das discussões para a elaboração da Lei 11.340/2006 o tema sobre a violência contra mulher passou a compor de forma mais efetiva o espaço público de debate, trazendo à tona esse fenômeno que por vezes era tratado como parte do espaço privado das famílias, dando certa invisibilidade à questão.

Os estudos sobre violência contra a mulher proliferam-se, tendo em vista a importância que o tema tem tomado atualmente. Este estudo visa contribuir no sentido de uma maior reflexão e fomento ao debate sobre a temática da violência de gênero.

Dentre diversos fatores que contribuem para que não ocorra a ruptura da situação de violência contra a mulher, iremos atribuir destaque maior à dependência econômica da mulher em relação ao companheiro. Isso porque é considerável que uma mulher que depende economicamente de seu marido tende a apresentar resistência em pôr fim a um relacionamento violento, pois é por meio deste que ela tem acesso a bens e serviços.

Não obstante observa-se que a problemática da dependência econômica da mulher brasileira condiciona-se a uma conjuntura socioeconômica expressamente adversa, influenciada pelo neoliberalismo² e assinalada pela desestruturação do trabalho³, e conseqüentemente por altos índices de desemprego e trabalho precário.

O presente estudo aborda o tema da violência doméstica contra a mulher e sua relação com a dependência econômica, a partir de uma análise bibliográfica. A princípio, a pesquisa tinha como objetivo realizar uma análise da percepção de mulheres que foram vítimas desse ato ilícito e que foram atendidas no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. Entretanto houve uma delonga e árdua espera para aprovação do Comitê de Ética ao qual submetemos a avaliação do projeto no que se refere à realização da pesquisa a partir das entrevistas com mulheres vítimas de violência, o que inviabilizou a continuidade do cerne

² O neoliberalismo aparece aqui como um conjunto de ideias que transformam amplos segmentos sociais em privados das condições básicas á sobrevivência. Essas ideias capitalistas de cunho político e econômico defendem a não participação do Estado na economia, havendo assim um mercado livre com fins de crescimento econômico. Dessa forma, o Estado neoliberal se distancia das políticas sociais e se aproxima de mecanismos repressivos (JINKINGS, 2007).

³ A desestruturação do trabalho, segundo Maria Lúcia Lopes (2011) se refere a um retrocesso das políticas sociais em conjunto de lutas por direitos sociais, tendo como consequência a regressão de muitos direitos sociais e do trabalho, o desemprego acentuado, a privatização e precarização do trabalho.

inicial⁴. Apesar de termos cumprido os requisitos necessários a assegurar os cuidados éticos da pesquisa, a aprovação do referido comitê não foi concedido a tempo.

O tema foi construído a partir de reflexões após vivência de estágio e posterior levantamento bibliográfico acerca do fenômeno em referência. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se estabelece um estudo que tem como **objetivo geral** analisar a relação da violência doméstica e a condição de dependência econômica como um fator para que as mulheres não consigam se desvincular da situação de violência. Buscou-se identificar as facetas que estão imbuídas nesse contexto, partindo dos **objetivos específicos** que se desdobram em:

- a) levantar estudos bibliográficos que debatem o tema;
- b) mapear algumas prevalências e fatores associados a violência a partir de referências de estatísticas estudadas.

Doravante aos fatos arrolados, ostentaram-se as seguintes **perguntas de pesquisa**: a dependência econômica da mulher contribui para a permanência em situação de violência doméstica? De que forma isso acontece? Quais são as razões para essa ocorrência?

O **problema de pesquisa** deste estudo consistiu em compreender o fenômeno da violência doméstica que se tornou mundialmente uma expressão da questão social⁵ e configura diversas consequências para as mulheres que são vítimas, principalmente para aquelas que dependem economicamente do agressor, já que se torna um desafio maior para o cessar da violência.

Parte-se da **resposta provisória** que de acordo com a análise bibliográfica, a dependência econômica constitui um fator de risco decisivo para que as mulheres não consigam alcançar a ruptura da violência até então vivenciada.

Para realizar a análise acerca do objeto observado, julgou-se pertinente a utilização da metodologia qualitativa⁶, já que segundo Creswell (2010), ela tem como uma de suas características o pesquisador envolvido em uma experiência baseada e vigorosa com os participantes. Na pesquisa qualitativa, geralmente o pesquisador procura entender os

⁴ Sobre esse assunto vide item 3.1 desta monografia.

⁵ Vide debate sobre o assunto no item 1.2 deste estudo.

⁶ Sobre a metodologia e procedimentos adotados na coleta de dados vide item 3.1 deste estudo.

fenômenos de acordo com a perspectiva dos participantes da situação em questão no estudo, e a partir daí projeta a interpretação da expressão da questão social observada (NEVES, 1996).

O âmago deste estudo será realizado no âmbito exploratório da pesquisa bibliográfica. A partir da investigação à literatura, no que diz respeito a abrangência do tema em referência, pretende-se aproximar a teoria que descreve e analisa as implicações da violência doméstica com a realidade que muitas mulheres tem vivenciado em seus lares, na perspectiva dos estudos realizados sobre o tema.

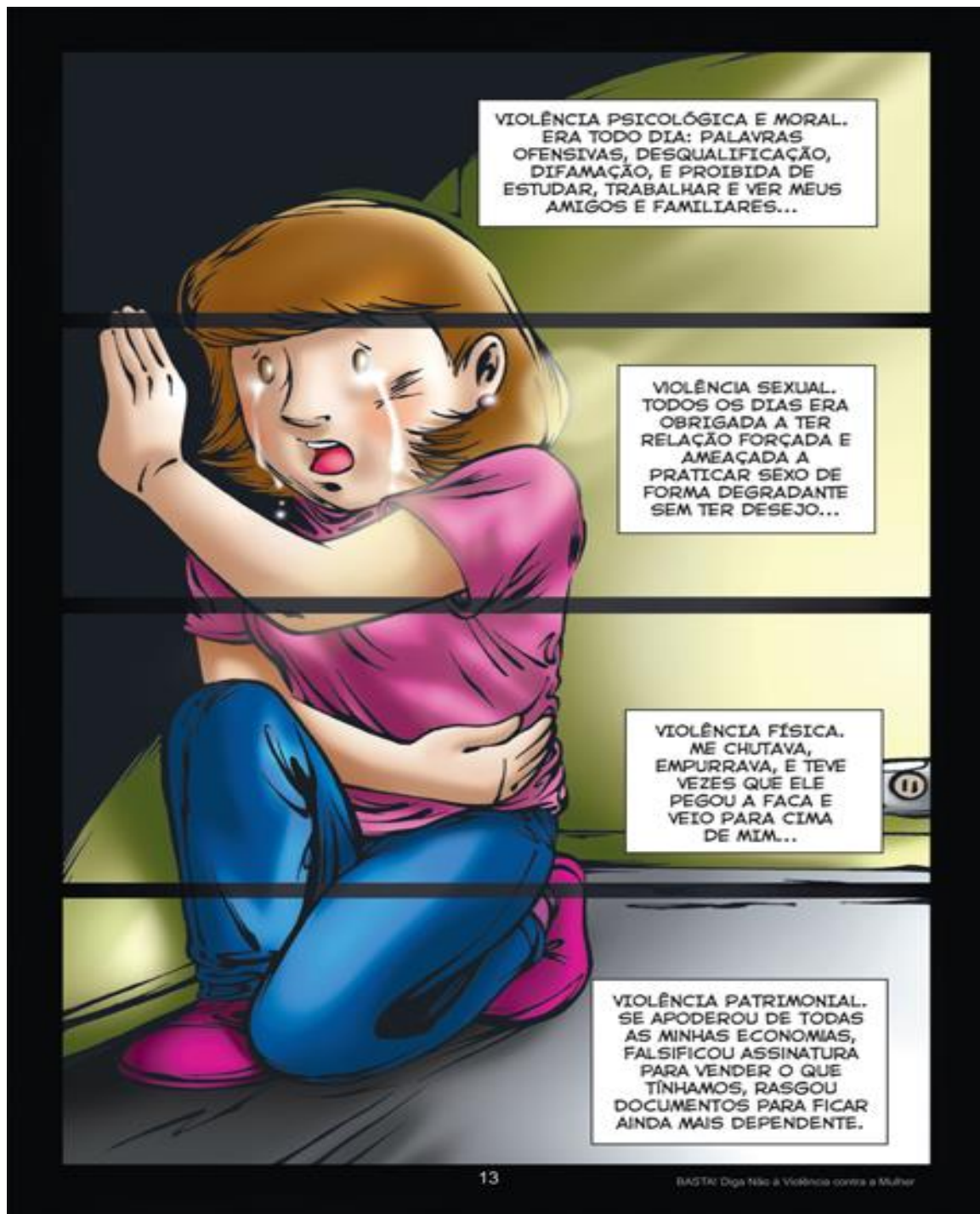
Segundo Adorno e Castro (1994), muitas vezes a aproximação com as abordagens qualitativas acabam se reduzindo apenas às apropriações técnicas. Consideram então que essa metodologia, sendo um meio que possibilita um exercício reflexivo de apreensão da realidade, requer mais do que a simples utilização de técnicas. A partir da percepção da realidade, a qual manifesta a relação sujeito/objeto, a apreensão da pesquisa exige o desenvolvimento de outra sensibilidade, onde o pesquisador precisa rever conceitos e concepções e estabelecer uma comunicação com as várias perspectivas que cercam os membros dessa relação.

Dessa forma, o pesquisador se propõe a se abrir para novas possibilidades de conhecimento do objeto de pesquisa. Portanto, será privilegiado o método qualitativo como forma de interpretar o fenômeno estudado a partir de um ponto de vista do mundo social, além de poder proporcionar a investigação das particularidades da questão social exposta.

A presente monografia foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo serão enfatizados os conceitos e as primeiras análises em relação ao objeto observado, oferecendo a possibilidade de vislumbrar as facetas que caracterizam as desigualdades de gênero. O segundo capítulo contempla uma análise sobre o fator da dependência econômica como um obstáculo para o rompimento da violência doméstica e o processo de construção de políticas públicas direcionadas ao público feminino que se configura como importante ferramenta para o enfrentamento do problema. O terceiro capítulo se estrutura como relevante fonte de dados publicados sobre o assunto, que desvelam uma melhor compreensão a respeito da violência doméstica. Por fim as considerações finais e referências bibliográficas.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE CONCEITUAL



CAPÍTULO I

⁷ Coordenadoria de Políticas para Mulher. Basta, diga não a violência contra a mulher. Santos, 2011.

A QUESTÃO DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

Foi possível constatar por meio do referencial bibliográfico, que o tema que versa o presente estudo, possui a peculiaridade de ser um tema transversal e interdisciplinar⁸ possuindo estudos nas áreas da saúde pública, educação e direitos humanos. A seguir, gênero e violência doméstica compõem uma estrutura linear necessária para aprofundar o tema.

1.1 Feminismo, gênero e violência doméstica: nuances necessárias para reflexões preliminares

O movimento feminista luta para suprimir as discrepâncias existentes entre homens e mulheres, dicotomia que é construída socialmente ao longo dos anos. A partir dos empenhos empreendidos, houveram inovações legislativas e institucionais no país e outros avanços relacionados aos direitos e defesa das mulheres.

O movimento feminista vem ganhando força na luta para se alcançar a superação das formas de organizações tradicionais e que são envolvidas pela assimetria e pelo autoritarismo, como aponta Alves e Pitanguy (2004). As autoras caracterizam o movimento feminista como sendo uma auto-organização das mulheres em diversas frentes, podendo ser expresso às vivências próprias de uma mulher. Muitos grupos feministas se mobilizam pleiteando promoção de cursos, debates, pesquisas, campanhas como formas de expressão e prática do movimento. O movimento mostra-se presente também na esfera doméstica, no trabalho, e em outras áreas onde as mulheres procuram mudar as relações interpessoais para que a mulher seja mais valorizada.

O feminismo, ao contrário do que muitas pessoas pensam, não é uma bandeira de luta contra o mundo masculino, mas sim uma bandeira para valorizar e buscar a equidade de gênero. Podemos compreender melhor os objetivos do feminismo na fala de Alves e Pitanguy (2004) a seguir:

⁸ Consoante análise de Oliveira e Cavalcanti (2007), a situação de violência doméstica que muitas mulheres vivenciam é considerado um fenômeno que afeta todas as raças, classes, orientações sexuais e gerações, demonstrando possuir um caráter universal.

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar, etc. (BRANCA E JACQUELINE, 2004, p. 03)

Na perspectiva das referidas autoras, o feminismo a partir dos anos 60 agrega em suas frentes de luta, não só aspectos em torno da desigualdade de direitos trabalhistas, mas inclui também as raízes culturais dessas desigualdades, já que a política, o sistema jurídico, a religião, a vida intelectual e artística, constituem construções que são predominantemente masculinas.

De acordo com a perspectiva de Lisboa (2010), o movimento feminista, sendo um movimento sociocultural, apresenta a luta por justiça e principalmente equidade nas relações entre homens e mulheres. Não se resumindo nisso, o movimento luta para garantir os direitos humanos, sobretudo o das mulheres devido o alto nível de violência e de discriminação sofrido.

O tema da Questão de Gênero atualmente está em ascensão principalmente nas análises sociais e políticas. De acordo com Gouveia e Camurça (2004), gênero pode ser identificado pelas representações que são diferenciadas por meio da observação e do conhecimento das diferenças sexuais existentes entre homem e mulher, sendo as representações de gênero as ideias criadas pela sociedade em torno do que é feminino e do que é masculino.

Nesse sentido, as relações de gênero dispostas em nossa sociedade são consideradas opostas, mas que são ao mesmo tempo complementares. Apesar disso, geralmente o que é pertencente ao gênero masculino apresenta uma valoração maior de acordo com o aspecto cultural que é construído fundamentado no patriarcado.

(...) as relações de gênero produzem uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas de acordo com o seu sexo. É por isso que se diz que as relações de gênero são relações de poder. (GOUVEIA e CAMURÇA, 2004, p. 8)

Vale ressaltar que para Gouveia e Camirça (2004), as relações de gênero são criações da sociedade, portanto é relativizada de acordo com a mudança de cultura e período histórico, classe social, raça e idade. Dessa forma, pondera-se a ideia de que a ideologia reforça a distinção de papéis feminino e masculino, de forma que haja a necessidade de pleitear a igualdade de direitos e da relação de poder. Apesar disso, é importante colocar que o movimento feminista

mostra que a hierarquia sexual não é de origem biológica, mas que é reflexo de um processo histórico e que por isso, a mesma pode ser superada e transformada.

As relações de gênero geram grandes implicações na vida das pessoas e é determinante na sociedade em que vivemos. Não obstante, crescemos e aprendemos a vivenciá-las da forma em que elas nos são apresentadas. Um elemento essencial que está relacionado com o conceito de gênero é a concepção de que modificar o modo como as relações entre homens e mulheres estão organizadas na sociedade não é apenas mudar as posições de quem domina e de quem é dominado, mas deve-se transformar completamente a ideia de que as diferenças no corpo, seja elas raciais, de idade ou sexuais, se tornem motivos de existência de desigualdade, opressão, discriminação ou injustiças (Gouveia e Camurça, 2004).

Outrossim, Saffioti (1999) faz uma abordagem em que visualiza gênero como sendo uma construção social do masculino e do feminino, ressaltando que o conceito de gênero não evidencia especificamente desigualdades entre homens e mulheres. Além disso, observa-se que seu conceito é considerado mais abrangente do que a questão do patriarcado. Desse modo, a autora interpreta gênero como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos entre homens e mulheres e para além dessas duas categorias sociais. Isso implica que a desigualdade entre ambos é estritamente colocada pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais, portanto deixa claro que não é algo natural, compartilhando a ideia de Gouveia e Camurça (2004).

Na sociedade em que estamos inseridos costumamos ver que o trabalho é geralmente relacionado à imagem do homem, apesar de haver grandes esforços por parte das mulheres para mostrar que na realidade o trabalho também é uma atividade feminina. Analisando o passado podemos perceber que as mulheres sempre estiveram presentes no mundo do trabalho assim como os homens, elas trabalhavam nas fábricas, quando estas começaram a existir, trabalhavam na agricultura e na pecuária, trabalhavam nos serviços de saúde, na educação e outros. Todavia, existe também uma divisão no mundo do trabalho, onde há tarefas que são designadas para os homens e outras que são designadas para as mulheres (Gouveia e Camurça, 2004). Podemos observar isto em breve preleção das autoras:

Estando o mercado de trabalho organizado por sexo, o preço da mão-de-obra também irá variar conforme seja um homem ou uma mulher quem faz o serviço. A observação cotidiana nos mostra que são as mulheres quem recebem os salários mais baixos, é o trabalho delas que é desvalorizado. Além disso,

tem a dupla jornada, fazer o trabalho de fora e dentro de casa. (GOUVEIA e CAMURÇA, 2004, p. 26)

As autoras supracitadas destacam que nas situações em que as mulheres decidem realizar outro trabalho que não seja o doméstico, em muitas das vezes, o salário acaba sendo apenas para complementar a renda familiar, pois o salário principal é sempre advindo do homem, ou seja, na sociedade o homem é o responsável por prover a família. Essa ideia serve para justificar a distinção entre o salário do homem e o da mulher, que sempre foi inferior. Dessa forma, conclui-se que na medida em que as relações de gênero são desiguais, também haverá desigualdade na divisão de trabalho.

Alves e Pitanguy (2004), consideram que a desvalorização do trabalho feminino, que se reflete em remunerações inferiores à mão-de-obra masculina, se situa na lógica do processo de acumulação de capital em que a superexploração do trabalho da mulher é estabelecido como função específica. Quer dizer que, embora exista a inclusão feminina nos processos de trabalho, as mesmas cumprem atividades e funções específicas para seu gênero.

Em relação à violência, muitos pesquisadores acreditam que violência de gênero pode também ser designada como violência doméstica ou violência familiar. Sobre este assunto, Saffiote (1999) esclarece que apesar do termo gênero envolver proporcionalmente as relações homem-mulher, este também inclui as relações homem-homem e mulher-mulher, por isso estas relações podem compreender a violência de gênero. Já a violência familiar, segundo referida autora, como o próprio nome já diz, é aquela em que ocorre no âmbito da mesma família, extensa ou nuclear, considerando os laços consanguíneos ou de afetividade, podendo acontecer dentro do domicílio ou fora dele, sendo mais comum o primeiro caso.

A violência doméstica empreende alguns aspectos em relação a violência familiar, já que também ocorre com pessoas que vivem estritamente no mesmo domicílio em que o agressor, integralmente ou parcialmente, não sendo necessariamente pertencente à família.

Considerando que a violência doméstica acontece dentro de uma relação afetiva, para que haja o rompimento do ciclo de violência é necessária uma intervenção externa. São poucas às vezes em que uma mulher consegue se desprender de um homem violento sem um auxílio externo (Saffiote, 1999). Isso se mostra de extrema relevância para compreender que geralmente as mulheres não são simplesmente passivas ou que não tenham interesse em cessar

a violência, mas que muitas vezes existe uma ausência de auxílio externo para que a ruptura aconteça.

Destarte, na ótica de Stela Cavalcanti (2007), a violência doméstica é alicerçada em relações interpessoais de desigualdade e de poder entre mulheres e homens coadunado por vínculos consaguíneos, parentais, de amizade ou de afetividade. Dessa forma, o agressor se oportuniza de uma relação que teve ou continua tendo com a mulher e ainda da relação de hierarquia ou poder que detém sobre ela para praticar a violência. Ela define violência doméstica da seguinte forma:

A violência doméstica é aquela que acontece dentro da família, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar, formada por vínculos de parentesco natural (pai, mãe, filha, etc.) ou civil (marido, sogra, padrasto ou outros), por afinidade (por exemplo, o primo ou o tio do marido) ou afetividade (amigo ou amiga que more na mesma casa). (CAVALCANTI, 2007, p. 48)

Para tanto, a violência doméstica é uma forma de violência que acontece entre membros de uma mesma família ou que compartilham o mesmo espaço de habitação, segundo a autora. Essa particularidade faz com que lidar com o agressor dessa violência exija uma atitude mais complexa do que simplesmente reprimir com um agressor que não tem vínculo algum com a vítima. Isso porque a vítima de violência doméstica tende a ter um grau de afetividade e outros contatos com o agressor, mesmo depois da denúncia, proporcionando espaço para que as agressões voltem a acontecer.

De acordo com Cavalcanti (2007), as principais causas que contribuem para a difusão dessa violência no Brasil são a discriminação, o preconceito de gênero, fatores sociais, econômicos e culturais. Diante de sua conceituação, Cavalcanti (2007) observa que:

A violência doméstica é qualquer ação ou conduta cometida por familiares ou pessoas que vivem na mesma casa e que causa morte, dano, sofrimento físico ou psicológico à mulher. (CAVALCANTI, 2007, p. 48)

Em 2006, foi promulgada a Lei 11.340 que tem como principal objetivo coibir a violência doméstica no país. De acordo com a lei, especificamente no artigo 5º, considera-se violência doméstica “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, embora para muitas pessoas, inclusive para as próprias mulheres, a violência doméstica compreende apenas a violência física.

No decorrer desta pesquisa, iremos observar que geralmente a violência física é sucessora das violências psicológica e moral. Considerando o exposto e o Art. 7º da Lei referenciada acima, a violência doméstica é ramificada em 5 tipificações, sejam elas: violência psicológica, violência moral, violência física, violência sexual e violência patrimonial. Podemos observar a seguir a definição dos diferentes tipos de violência doméstica.

A **violência psicológica** é entendida como qualquer tipo de conduta que resulte em dano emocional e/ou diminuição da autoestima, ou até mesmo que se destina a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, perseguição, insulto, dentre outras coisas que lhe podem ser prejudicial à saúde psicológica (Art 7º, lei 11.340). Apesar de não deixar marcas visíveis aos olhos humanos, a violência psicológica deixa marcas emocionais difíceis de cicatrizar (CAVALCANTI, 2007).

A **Violência moral** é considerada como todo e qualquer comportamento que configure calúnia, difamação ou injúria (Art 7º, lei 11.340).

A **violência física** compreende toda e qualquer conduta que venha ofender sua integridade ou saúde corporal (Art 7º, lei 11.340). Portanto, é o uso da força com a finalidade de ferir, podendo deixar marcas evidentes ou não (Cavalcanti, 2007).

A **violência sexual** é entendida como todo e qualquer comportamento que a constranja ao presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força, que venha induzir ou utilizar a sua sexualidade, até mesmo que a impeça de usar métodos contraceptivos ou que a obrigue ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, por meio de chantagem, suborno ou manipulação, ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Art 7º, lei 11.340).

E por fim, a **violência patrimonial** compreende toda e qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (Art 7º, lei 11.340).

É importante ressaltar que a omissão também é considerada uma forma de violência. O ato de prestar socorro é uma responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, com intuito de proteger a mulher contra a violência doméstica e familiar.

Diante das diferentes formas de violência e da grande frequência com que é praticada, a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, passou a considerar a violência contra a mulher uma violação aos direitos humanos (ONU, 1993).

1.2 A violência doméstica como expressão da questão social

Historicamente um dos motivos que contribuíram para a impunidade dos agressores em ambiente doméstico está concatenado com o fato das relações e dos espaços intrafamiliares serem considerados restritos e privados.

A naturalidade com que a violência contra a mulher nas relações privadas tem sido tratada, socialmente ofusca a visibilidade do problema e banaliza a sua ocorrência. (Secretaria de Política para as mulheres, 2015)

Uma das ideias disseminadas na sociedade é a de que a violência doméstica é algo distante da vida das pessoas, sendo considerado assunto irrelevante e pertencente apenas ao âmbito particular das vítimas. No entanto, o fenômeno está longe de ser uma questão privada. A sociedade também sofre e padece com as consequências da violência contra a mulher. Segundo dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento:

- Um em cada cinco dias de ausência ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de seus lares.
- A cada cinco anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável ao sofrer violência doméstica.
- O estupro e a violência doméstica são causas imperiosas de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva.
- Na América Latina, a violência doméstica atinge entre 25% a 50% das mulheres.
- Uma mulher que sofre violência doméstica geralmente recebe remuneração salarial menor do que aquela que não vive em situação de violência doméstica.
- No Canadá, um estudo estimou que os custos da violência contra as mulheres superam um bilhão de dólares canadenses por ano em serviços, incluindo polícia, sistema de justiça criminal, aconselhamento e capacitação.
- Nos Estados Unidos, um levantamento estimou o custo com a violência contra as mulheres entre US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões ao ano.

- Segundo o Banco Mundial, nos países em desenvolvimento, estima-se que entre 5% a 16% de anos de vida saudável são perdidos pelas mulheres em idade reprodutiva como resultado da violência doméstica.
- Um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento estimou que o custo total da violência doméstica oscile entre 1,6% e 2% do PIB de um país.

Fonte: Organização Laço Branco

Os dados acima buscam salientar que a violência doméstica não é referente apenas a um problema individual e privado das mulheres que vivenciam a situação, porém toda a sociedade tem envolvimento e responsabilidade. Relevante ressaltar que o revés ocasiona diversos impactos no sistema econômico da sociedade, como pôde ser observado.

Os efeitos da ausência da plena aplicabilidade da Lei Maria da Penha evidenciam a pouca importância que a sociedade dispensa ao fenômeno com consequências tão prejudiciais a saúde orgânica e psíquica das mulheres, para a educação das próximas gerações e para as muitas horas de trabalho que deixam de ser preenchidas pelas mulheres em situação de violência, depreciando o desenvolvimento da nação.

Pode-se dizer que a violência doméstica, em suas multifacetadas, configura-se como expressão da questão social. Uma das definições mais difundidas entre estudiosos do assunto é a de Iamamoto (2008). De acordo com a concepção da autora, a questão Social é inerente à sociedade capitalista. Ela é permeada por lutas políticas e culturais contra as desigualdades sociais produzidas. As expressões da questão social condensam várias desigualdades, sendo elas mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais.

A questão social, apregoada pela sociedade capitalista, é uma concepção que expressa a contradição intrínseca do modo de produção capitalista. Tal contradição é empreendida na produção e apropriação de riqueza gerada pela sociedade, ou seja, os trabalhadores geram a riqueza enquanto que os capitalistas, detentores dos meios de produção, se apropriam dela. Assim, os trabalhadores não conseguem usufruir das riquezas produzidas por eles mesmos (MACHADO, 1999).

Como bem coloca Iamamoto (2008), a questão social é inerente à sociabilidade capitalista. Nela podem ser encontradas políticas do governo que favorecem a esfera financeira e do capital produtivo, como empresas multinacionais e mercados financeiros, onde o conjunto de classes e grupos sociais assumem os ônus das “exigências do mercado”. Nas palavras de Iamamoto (2008):

Questão social apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (Iamamoto, 2008, pág. 16)

A concepção de questão social em sua abrangência expressa as desigualdades ocasionadas pelo modo de produção capitalista, bem como a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores na sociedade capitalista em que vivemos. Assim afirma Iamamoto (2008).

Na atualidade, a “questão social” diz respeito ao conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. (Iamamoto, 2008, pág. 17)

Yazbek (2009) pontua que a partir do processo de globalização, onde existe a valorização do capital financeiro, a questão social se apresenta como consequência dessa conjuntura, com destaque para a precarização e vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores, violência crescente e ausência de proteção social. Consoante Carmo e Moura (2010):

As expressões da questão social na sociedade contemporânea, tais como desemprego, instabilidade econômica, desestruturação familiar, são alguns dos fatores que contribuem para que a violência doméstica seja perpetrada. (CARMO E MOURA, p. 04, 2010)

Dessa forma, percebe-se que são imensas as transformações que ocorreram na área da cultura, da política e da economia ao longo dos últimos anos, com destaque ao acesso das mulheres no mundo do trabalho e no que diz respeito ao seu acesso às políticas sociais e inserção na esfera pública, conforme análise de Reginaldo Guiraldelli (2012). O autor, ao falar sobre o assunto retrata que a compreensão da questão social, considerando o entendimento das

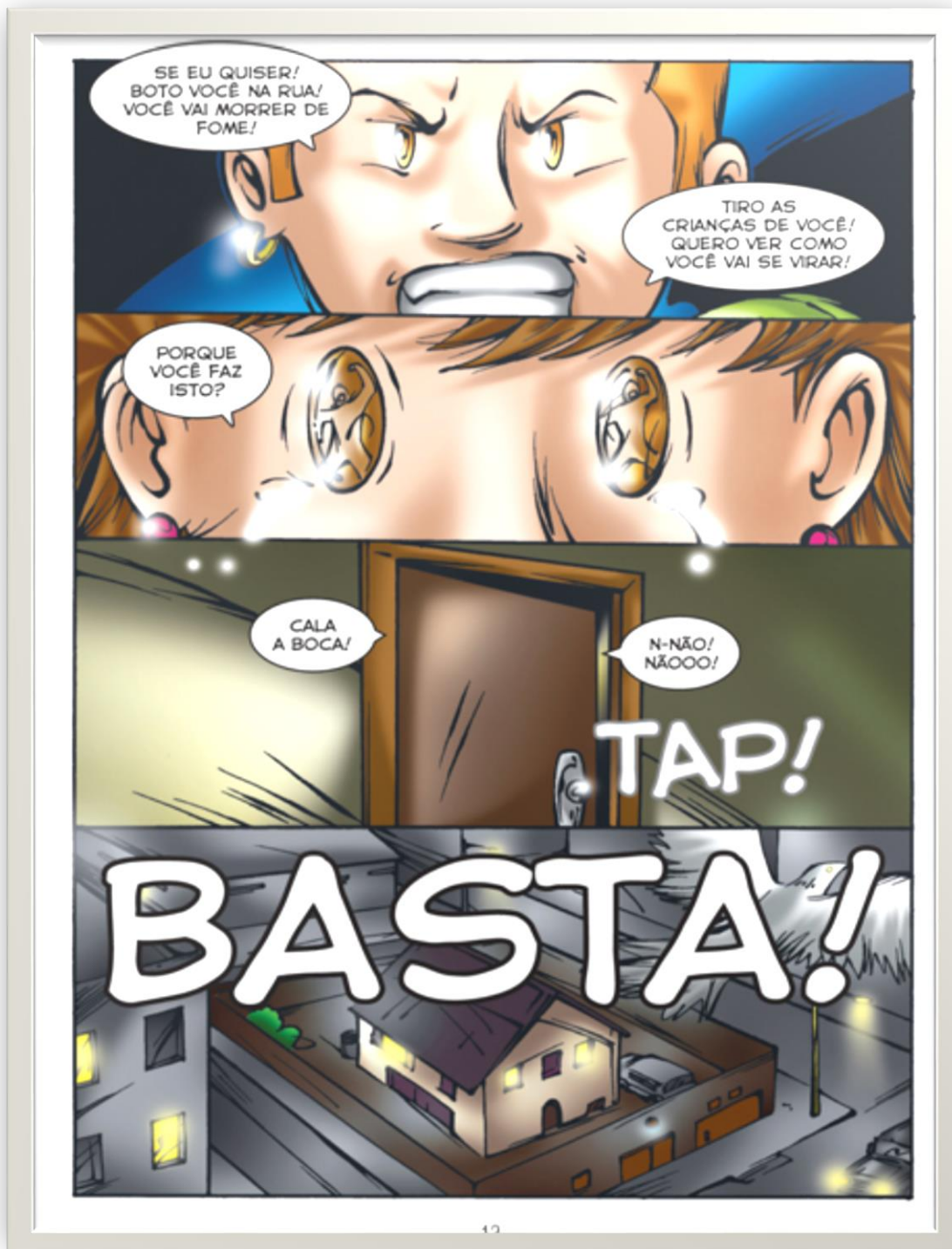
transformações na sociedade, envolve as diversas formas de discriminação e opressão referente às relações sociais entre homens e mulheres, já que ainda se fazem presentes e exigem estudos e problematizações com o intuito de se alcançar possíveis superações.

A violência doméstica é uma expressão da questão social em suas diversas formas, física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, que há anos vem ocasionando prejuízos à saúde física e mental de diversas mulheres, independente da classe social em que se encontram, o que expressa a desigualdade de gênero cultivada pela cultura patriarcal machista.

Por meio das lutas sociais e movimentos feministas, pode-se romper o domínio privado nas relações de desigualdades, trazendo a questão social para a esfera pública, onde se pode exigir a interferência do Estado no reconhecimento de direitos dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2008). Assim a questão da violência contra a mulher ganha visibilidade e se inclui na agenda política dos governos e nos acordos internacionais.

CAPÍTULO II

A RELAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E A RUPTURA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR



CAPÍTULO II

A RELAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E A RUPTURA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Diante da problemática da violência contra a mulher, este segundo momento visa situar o leitor quanto a dependência econômica que se estabelece como um obstáculo para o seu rompimento. Como visto no capítulo anterior, a violência doméstica em seus diferentes tipos está presente no cotidiano das mulheres ao longo do tempo, todavia, há pouco o tema foi incluído na agenda do poder público no Brasil. Por conseguinte, considera-se a pertinência de se falar sobre as políticas públicas de enfrentamento e combate a violência doméstica, que se configura como uma possibilidade em meio a tantos desafios.

2.1 Violência doméstica: onde os muros são construídos pela dependência econômica

Uma das cenas cotidianas que frequentemente nos deparamos é a desvalorização do trabalho feminino. É certo que ainda vivemos em uma sociedade patriarcal quando vemos, por exemplo, o trabalho, dimensão que faz parte do ser social (Antunes, 2011), visto muitas vezes como algo pertencente ao masculino.

Ao nos debruçar nas literaturas, é possível perceber que a inserção do trabalho feminino mais eloquente no fim do século XVIII e no início do século XIX, período em que o capitalismo se consolidou e que as mulheres foram agregadas pelas indústrias com fins a exercer diversas atividades, de acordo com reflexões de GUIRALDELLI (2012). Conforme o autor, as mulheres passaram a ocupar o mundo do trabalho, porém com condições subalternas:

A partir desse recorte temporal, as mulheres ocuparam espaços no mundo do trabalho e passaram a se submeter a extensas jornadas e condições de trabalho degradantes, tendo como principais ocupações o serviço doméstico, o emprego agrícola, domiciliar e fabril, com destaque para a costura. (GUIRALDELLI, 2012, pág. 709)

Nesse sentido, observa-se que na divisão sexual do trabalho existem funções direcionadas para mulheres e outras designadas especificamente para homens (Taciana e Silvia, 2004).

É, também, reforçada a divisão sexual do trabalho, onde as distinções entre os sexos aparecem mais marcadamente. Homens e mulheres se reconhecem diferentes em seus hábitos, costumes e comportamentos, os quais são valorizados de modo desigual em suas responsabilidades⁸. Destarte, a conotação dos espaços relacionados ao homem e

à mulher passa a influir na constituição da sociedade e na maneira como a mulher se apropria de seu espaço: “Assim, de acordo com os padrões de socialização estabelecidos por cada sociedade, os seres humanos aprendem quais tarefas podem ou devem desempenhar e a entender a ordem social como um fato natural. (CHERON e SEVERO, 2010, p. 02)

É possível afirmar que a inserção de mulheres nas indústrias era pertinente aos detentores dos meios de produção, uma vez que se acreditava que a mulher seria paciente, mais resistente em reivindicar direitos e receberia pagamento inferior tendo em vista que a renda dela seria um complemento ao orçamento familiar, de acordo com o enunciado por GUIRALDELLI (2012).

Esse histórico, brevemente apresentado, demonstra que há tempos foram determinados papéis e posições para homens e mulheres no mundo do trabalho e na sociedade, proporcionando privilégios e funções diferenciadas para os homens na esfera produtiva (GUIRALDELLI, 2012). Dessa forma, pode-se verificar, na perspectiva do autor, que esse processo resultou na desvalorização e inferiorização das posições ocupadas pelas mulheres.

Cabe elucidar que no mundo do trabalho não existe isonomia salarial entre ambos os sexos. Assim, mesmo estando inseridas no mercado de trabalho, muitas mulheres recebem salários inferiores e em tempos de crise econômica, elas são as mais afetadas pelo desemprego, colocando-as em situação de vulnerabilidade financeira. Assim, Cheron e Severo (2010) enfatizam essa questão:

“Muito embora os direitos sociais, econômicos e legais das mulheres formalmente assegurem igualdade, na prática não se assemelham aos dos homens, em função das diferenças culturais no trato dado ao feminino. Daí resulta a vulnerabilidade das mulheres frente à violência conjugal, vez que não possuem as mesmas chances de acesso a bens, poder e recursos disponíveis¹⁰.” (CHERON; SEVERO, p. 2, 2010)

Sabemos que a violência doméstica perpassa a questão de classes sociais, de renda, dos diversos tipos de cultura. No entanto, por diversas vezes o homem faz uso do patrimônio para reprimir as mulheres e diante dessa situação a ameaça de empobrecimento as condicionam a suportar humilhações e outras formas de violência. Sobre isso, Saffiote (1999) deixa a seguinte inquietação:

Cabe, agora, a pergunta: o poder do homem rico no uso do patrimônio como mecanismo de sujeição e/ou intimidação da mulher para fazer valer sua vontade não compensa a eventual maior violência perpetrada pelo homem pobre, vivendo em condições materiais precárias? (SAFFIOTE, 1999, p. 87)

Culturalmente as mulheres já crescem aprendendo a conviver com a impotência, já que desde pequenas já aprendem que a força está relacionada aos homens, sendo dessa forma propícias para o exercício do poder. Saffiote (1999) destaca que o papel de sanar as necessidades materiais da família é o mais definidor fator da masculinidade. Portanto, quando isso não acontece, os homens tendem a fazer uso da violência para voltar ao status de detentor do poder.

Lilian Mann (1999) esclarece que quando a mulher assume a posição no sustento da casa, conseqüentemente surgem comparações de salários e o homem se sente inferiorizado ao perder o posto de provedor do lar. Nesse contexto o agressor proíbe a mulher de exercer atividade remunerada ou a agride com vistas a manter seu papel patriarcal dentro de casa.

Em muitas das vezes, o homem é o único provedor do núcleo familiar e por conta disso a mulher, quando em situação de violência doméstica, se sente desestimulada a denunciar ou tomar qualquer outra atitude com fins de romper a violência, principalmente quando esta tem filhos pequenos, pois se torna difícil trabalhar para o sustento da família.

Um dos mitos a ser enfrentado, diz respeito à vitimização sofrida pelas mulheres ao ser afirmado que elas “sofrem agressão porque gostam”. A vítima em muitos casos é vista como a propiciadora da violência ou que ela permanece na relação por gostar de apanhar. Entretanto, sabemos que este se trata de um discurso machista e sem meio algum de comprovação científica. A face desta questão, ligada ao fator econômico, possibilita que as mulheres se sujeitem a atos violentos, por conta da dependência econômica que existe em relação aos seus companheiros (MANN, 1999).

A vítima de violência doméstica sofre muitas vezes sem conseguir se desvincular do relacionamento violento por diversos motivos: laços de afeto existentes entre ela e o agressor, medo do agressor, dependência econômica, existência de filhos menores, ausência de apoio familiar para oferecer queixa, desinformação e ineficiência no atendimento prestado nas delegacias de polícia, sendo importante ressaltar que segundo estudo realizado em sete países, mostra que apenas 10% das vítimas da violência doméstica denunciam o agressor (CAVALCANTI, 2007).

A violência proporciona que as mulheres se tornem subordinadas a relacionamentos violentos quando este é associado ao fator econômico, especificamente quando existe a dependência econômica em relação aos companheiros. Sobre este assunto Cheron e Severo (2010) contribuem de forma relevante, o que podemos observar no seguinte trecho:

Na estrutura familiar assentada na hierarquia patriarcal, o homem é o chefe da família, a quem cabe o direito de tomar decisões e aplicar medidas que considere necessárias para manter e reforçar sua autoridade sobre a companheira e os filhos. À mulher cabe um papel secundário, em muito atrelado à dependência econômica do companheiro “provedor”. Nesse tipo de estrutura familiar é facilitada a presença da violência, fenômeno tolerado pela sociedade. (CHERON e SEVERO, 2010, p. 3)

Apresenta-se pantanoso e desafiador para a vítima de violência doméstica que depende economicamente do agressor romper a situação de violência, já que este é um fator facilitador e preponderante para a violência acontecer. Este fator nos leva a pensar que quando uma mulher não dispõe de capacidade de gerar rupturas na condição de opressão feminina, elas podem exercer atividade remunerada para conquistar autonomia, e principalmente em função da necessidade de sobreviver (CHERON e SEVERO, 2010).

Há de se levar em conta que as alterações ocorridas na política econômica de governo, as quais se percebem que as riquezas do Brasil se concentram cada vez mais em favor de uma minoria, se relaciona com a situação de violência doméstica que em muitas vezes é desencadeada pela dependência econômica das vítimas. Tais mudanças, ocorridas na estrutura econômica do país, se referem ao aumento do desemprego, privatização, disseminação de ideias liberais, dentre outros, que afetam diretamente as famílias de menor poder aquisitivo (MANN, 1999).

Conforme análise de Araújo (1998), o neoliberalismo demonstra o seu significado mais sórdido nas questões relacionadas ao emprego, ao contrato de trabalho e aos direitos sociais. Nesses aspectos, são possíveis encontrar as maiores reações populares.

Outrossim, observamos que o fato das mulheres não depender economicamente do companheiro, possibilita que elas tenham um maior controle sobre suas próprias vidas e assim tenham mais firmeza para se desprender de um relacionamento violento.

O trabalho fora de casa auxilia a mulher a tomar consciência de sua situação. Isso se explica porque o exercício de atividade remunerada contribui para que ela conquiste a autonomia financeira, incentivando-a a reagir e a buscar soluções para o problema. Destaca-se

que a violência no Brasil está correlacionada à pobreza, baixa escolaridade e dependência econômica das mulheres (CAVALCANTI, 2007).

Diante do contexto apresentado, onde muitas mulheres se encontram em situação de violência doméstica por depender economicamente de seu companheiro, é necessário empreender esforços no sentido de promover a cidadania, acesso aos direitos, o combate às desigualdades e a promoção das mulheres às condições de vida com justiça e dignidade.

2.2 Políticas Públicas e o enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher

A existência das políticas sociais está concatenada com a essência da sociedade burguesa, ou seja, com o modo de produção e reprodução capitalista (BEHRING, 2006).

Em geral, é reconhecido que a existência de políticas sociais, é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se. Evidentemente que não desde os seus primórdios, mas quando se tem um reconhecimento da questão social inerente às relações sociais nesse modo de produção, vis à vis ao momento em que os trabalhadores assumem um papel político e até revolucionário. (BEHRING, 2006, p. 2)

Nas literaturas, existe a ideia de que as legislações e medidas de proteção social surgiram em meados do século XIX e que as primeiras medidas de seguridade social implementadas no sistema capitalista surgiram após a Segunda Guerra Mundial.

Behring (2006) pontua que nesse período observava-se a experiência do *Welfare State* em alguns países da Europa Ocidental junto a distintos padrões de proteção social. Assim, o aspecto do padrão de financiamento se correlaciona com as relações entre classes sociais e condições econômicas que interferem nas decisões políticas e econômicas do governo. Ainda seguindo as reflexões da autora, não obstante as condições para o surgimento das políticas sociais terem o tempo histórico exposto, a discussão sobre o que fazer com os pobres e o papel do Estado nesse processo, antecede esse tempo.

“Não é inexplicável, portanto, o ataque do discurso neoliberal às políticas sociais, com o argumento do excesso de paternalismo do *Welfare State*. Quando a regulação estatal cede aos interesses do trabalho, interferindo em alguma medida nas demais ações reguladoras em benefício do capital, multiplicam-se as reclamações do empresariado.” (BEHRING, p. 22, 2006)

Considerando a análise de Simionatto e Costa (2012) o modelo de proteção social, *Welfare State*, designado como resultado de condições econômicas e políticas, promoveu mudanças na industrialização e engendrou resposta às necessidades de acumulação e legitimação do capital estabelecendo conquistas de direitos a partir de acordo entre capital e trabalho, bem como do Sistema de Proteção Social, sendo permeado de contradições.

Definir políticas públicas não é uma tarefa fácil, haja vista que existem diversas concepções e pensadores que tratam da questão com um olhar diferenciado. Simionatto e Costa (2012) concordam com Behring (2006) ao elucidar que as políticas sociais vão além da relação Estado e capital. Para eles, as políticas sociais também se referem às mobilizações das classes subalternas e das forças sociais para transformações de uma ordem já estabelecida. Destarte, as formas de organização do Estado e sua relação com a sociedade civil são imprescindíveis para analisar uma política na conjuntura social e econômica.

Percebe-se que a economia política se movimenta historicamente a partir de condições objetivas e subjetivas e, portanto, o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade. (BEHRING, 2006, p. 24)

No recorte temporal referenciado, a partir do *Welfare State*, Estado de Bem-Estar Social, houve um maior investimento público nas áreas da previdência, educação, saúde, dentre outros serviços de cunho social, a fim de emitir uma resposta às reivindicações e demandas da classe trabalhadora (SIMIONATTO e COSTA, 2012).

Outrossim, podemos afirmar que por meio das políticas sociais é possível assegurar os direitos sociais da população e atender sua demanda. Ao falar sobre o assunto, Daniela de Anunciação (2012) destaca que:

A formação e a transformação dos sistemas de proteção social e neles das políticas sociais públicas, dimensionam uma complexidade de fatores e determinações que o revestem como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades. (Daniela de Anunciação, 2012, p. 304)

Isto posto, verifica-se que a política social possui sentido contraditório ao atender as necessidades do capital e também do trabalho. Afigura-se como um espaço de luta de classes onde de um lado se apresenta a defesa de condições de sobrevivência e do outro recrescimento da investida capitalista no sentido de corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho (BEHRING, 2006).

Numa perspectiva marxista, as políticas públicas podem ser consideradas como estratégias de ação do governo que procuram condizer as fontes do poder público, os recursos econômicos advindos do processo de produção e de acumulação do capital adquiridos por meio de impostos e tributação e a legitimidade política dos poderes públicos, sobrevivendo dos pleitos eleitorais e das próprias políticas públicas (MINCATO, 2012).

Para Mincato (2012), a política pública, de modo geral, seria todas as decisões e as não decisões políticas sobre assuntos que interferem nas questões de interesse público.

Nesse sentido, pode-se dizer que as políticas públicas são ações governamentais que buscam resolver os problemas que a sociedade civil – pela sua própria natureza contraditória, conflitiva, egoísta, individualista e privada – não consegue. (MINCATO, 2012, p. 84)

Os autores Simionato e Costa (2012) reportam que o Brasil está vivenciando momentos de crises econômicas, o que contribui para o aumento da pobreza e má distribuição de renda. Os autores apontam que a esfera estatal se envolve minimamente nas políticas sociais, designando como resposta programas eminentes para a população pobre e vulnerável, com destaque para os programas de transferência de renda.

Não obstante, o Estado deve respeitar os direitos sociais referentes às demandas da sociedade, principalmente dos grupos vulneráveis, efetivando as políticas públicas consoante com o que está estabelecido na Constituição Federal, fundamentado na equidade (FILOMENA, 2012). Embora seja este o dever do Estado, verificamos que na realidade muitos dos direitos sociais que deveriam ser assegurados estão sendo violados.

A partir do prisma de Carraro (2012), as políticas públicas são exercidas por meio de serviços, programas, projetos e benefícios que são estabelecidos com vista a garantir o acesso aos direitos sociais.

A partir dos anos 80, no Brasil, as políticas públicas foram voltadas para as áreas de violência e saúde. Nesse sentido foram criadas as unidades de Delegacias Especializadas de

atendimento a Mulher (DEAM), Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), os SOS Mulher, que são respectivamente unidades policiais, serviço para atendimento à saúde da mulher e serviço de acolhimento e orientação às mulheres vítimas de violência (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2007).

Com o processo de consolidação da Lei Maria da Penha (11.340), as políticas públicas brasileiras tem tido um relevante avanço no enfrentamento a violência doméstica e familiar. A LPM não se reduz apenas em medidas punitivas, mas em sua composição traz elementos assistenciais, educativos, medidas preventivas e protetivas.

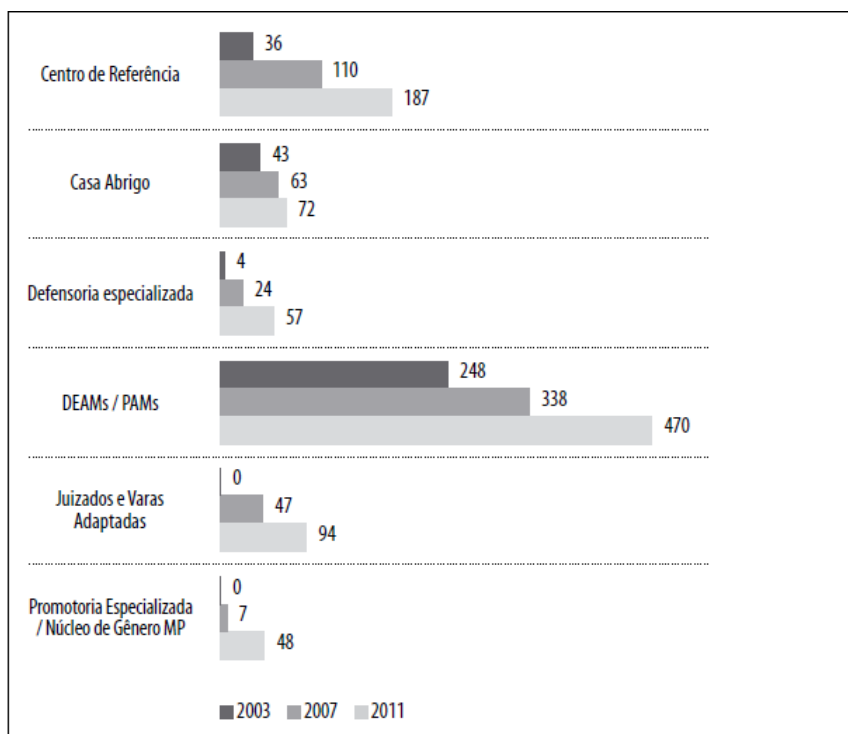
Oliveira e Cavalcanti (2007) compreendem políticas públicas como respostas do Estado às demandas sociais de interesse coletivo. Consoante as autoras, as políticas públicas são efetivadas por meio de projetos e ações governamentais, direcionadas à setores específicos, sendo pertinente a existência de parceria entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, a visão desses autores sobre políticas sociais, foi escolhida para nortear esta pesquisa.

Os movimentos feministas foram de fundamental importância para a intervenção do Estado estabelecer políticas públicas específicas para o enfrentamento da violência de gênero, ao reivindicar que o problema fosse compreendido como social e político e propor respostas como a criação de delegacias especializadas de atendimento a mulher, centros de referência e ações referentes às políticas de saúde (GODINHO e COSTA, 2006). As autoras, ao analisar a problemática pontuam que:

(...) o que se quer enfatizar é a necessidade de que toda e qualquer política em relação a violência contra as mulheres se vincule a uma perspectiva, de médio e longo prazo, de fortalecimento a sua autonomia, elemento indispensável para que a violência sexista deixe de ser parte recorrente das relações entre mulheres e homens, das relações sociais de sexo. (GODINHO e COSTA, 2006, p. 47)

Consoante pode ser observada no gráfico, os números de serviços especializados em atendimento a mulher ampliou em 161,75% no recorte temporal compreendido entre 2003 e 2011. A DEAMs foi um dos primeiros serviços a ser implementados e nota-se que é um dos mais abrangentes no sentido de alcance de regiões.

Gráfico 1 - Evolução dos serviços da rede de atendimento (2003, 2007, 2011)



Fonte: Sistema da Rede de Atendimento/SPM (acesso em 20 de setembro de 2011).

Fonte – Secretaria de Política para as Mulheres (2011)

A grande maioria das mulheres que acessam os serviços e programas públicos são de baixa renda. Em conformidade com Godinho e Costa (2012), as usuárias muitas vezes não tem possibilidades imediatas de auto-sustentação e geralmente ficam com a responsabilidade de cuidar dos filhos, acentuando as dificuldades com moradia e acesso a emprego e renda. Quer dizer que, nada obstante as mulheres terem fragilidades com os aspectos da vida pessoal, emocional e individual após terem vivenciado processo de dependência e de subordinação, são colossais as dificuldades econômicas.

Pode-se observar que com o passar dos anos, as mulheres estão ingressando cada vez mais no mercado de trabalho, se comparado com os períodos anteriores, entretanto, existem contradições. A maior presença das mulheres no mercado de trabalho, embora contribua para aumentar sua autonomia, não se dá sem contradições. A participação das mulheres repõe novas fronteiras da desigualdade, como analisa de forma extremamente perspicaz Helelena Hirata (2002,2003). Sua presença se faz de maneira subordinada, provoca redefinições na divisão sexual do trabalho que não alteram a responsabilidade feminina com o cotidiano da reprodução social e, no mais das vezes, mantém ou reforçam as relações tradicionais. (GODINHO e COSTA, 2006, p. 61)

Por meio de Conferências municipais, estaduais e nacionais, os movimentos sociais de mulheres rurais e urbanas, feministas e organizações que compõem a sociedade civil, participaram do processo de construção do Plano Nacional de Política para as Mulheres – PNPM, que é considerado um marco para a consolidação e desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres.

O PNPM 2013-2015 é norteado pelos seguintes princípios orientadores: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas (BRASIL, 2013).

Relevante fomentar que uma parte considerável da população feminina ainda não tem acesso a bens e serviços substanciais, o que reforça a existência de relações desiguais de poder entre homens e mulheres na sociedade. Condiz no PNPM, em referência, que é de suma relevância a continuidade de políticas de autonomia para as mulheres, um dos eixos que foi frizado na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

A autonomia econômica e a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho estão fundamentadas em ações específicas que visam a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase na erradicação da pobreza e na garantia de participação das mulheres no desenvolvimento do Brasil. (Brasil, 2013, p. 14)

Destarte, um dos principais planos de ação previsto no PNPM é a “promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção” (Brasil, 2013, p. 15).

O estreitamento da desigualdade entre homens e mulheres reforça a imprescindibilidade de políticas específicas dentro do governo federal para a conquista da autonomia econômica das mulheres. Entretanto, ainda não é possível afirmar que existe uma política pública efetiva e sistemática que compatibilize prevenção e atendimento à violência contra a mulher, desvelando a integração das diversas dimensões do problema (GODINHO e COSTA, 2006).

Um dos principais desafios na consolidação de uma política pública na área de gênero é dissolver as resistências políticas e as "naturalizadas", isto é, as internalizadas em cada um. É implementar, através de ações, uma ofensiva contra essa naturalização impregnada na sociedade. Para tanto, se torna fundamental considerar o "saber próprio" dessa mulher em situação de violência, considerando suas experiências e seu discurso, não apenas a ilustrar projetos e planos de ação, mas, como alicerce para políticas públicas eficientes (OLIVEIRA e CAVALCANTI, p. 45, 2017).

Não se pode deixar de reafirmar que os mecanismos públicos de defesa e prevenção da violência doméstica devem considerar que não são apenas as mulheres que dependem economicamente do agressor que sofrem violência, todavia o fato da mulher conquistar a autonomia financeira se torna um direito e uma necessidade incontendível para o enfrentamento dessa violência.

CAPÍTULO III

O QUE OS DADOS REVELAM



CAPÍTULO III

DESVELANDO DILEMAS DESENCADEADOS PELA CULTURA PATRIARCAL

Os dados analisados neste capítulo remetem as consequências que o fenômeno da violência doméstica opera no âmago da saúde individual e coletiva da mulher, deflagrando a relevância das pesquisas empreendidas sobre o assunto. A aceitabilidade ou tolerância nas culturas referente às questões de gênero são aspectos a serem considerados na exploração do tema. As pesquisas realizadas trazem números preocupantes que evidenciam desafios para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Deste modo, nesse terceiro momento pretende-se analisar os estudos bibliográficos que debatem o tema e determinar a prevalência e os fatores associados à violência a partir de referências de estatísticas estudadas.

3.1 Metodologia e procedimentos adotados para coleta de dados

A metodologia da pesquisa consistiu em levantamento de dados mediante instrumentos categóricos de pesquisa qualitativa de coleta de dados, quais sejam referenciais bibliográficos e análise documental, que em linhas gerais referem-se a levantamento de estudos científicos já publicados, abarcando livros, artigos de periódicos e atualmente materiais que são disponibilizados na internet (Kauark, Castro e Medeiros 2010) pautando-se no materialismo histórico e dialético. Sobre o assunto, Minayo (1993) retrata que:

(...) do ponto de vista qualitativo, a abordagem dialética atua em nível dos significados e das estruturas, entendendo estas últimas como ações humanas objetivadas e, logo, portadoras de significado. Ao mesmo tempo, tenta conceber todas as etapas da investigação e da análise como partes do processo social analisado e como sua consciência crítica possível. (MINAYO, 1993, p. 244)

Destarte, para realizar a análise acerca do objeto observado, julgou-se pertinente a utilização da metodologia qualitativa já que segundo Creswell (2010), ela tem como uma de suas características o pesquisador envolvido em uma experiência baseada e vigorosa com os participantes. Na pesquisa qualitativa, geralmente o pesquisador procura entender os fenômenos de acordo com a perspectiva dos participantes da situação em questão no estudo, e a partir daí projeta a interpretação da expressão da questão social observada (NEVES, 1996).

Do mesmo modo, Minayo (1993) destaca que a abordagem qualitativa exerce uma proximidade particular entre sujeito e objeto. Tendo em vista que são da mesma natureza, acarreta envolvimento aos projetos dos atores, que apoiado em ações as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Segundo Adorno e Castro (1994), muitas vezes a aproximação com as abordagens qualitativas acabam se reduzindo apenas às apropriações técnicas. Consideram então que essa metodologia, sendo um meio que possibilita um exercício reflexivo de apreensão da realidade, requer mais do que a simples utilização de técnicas.

A pesquisa científica contribui para o aprofundamento da complexidade de fenômenos, fatos e processos privados e particulares de grupos relativamente delimitados em extensão e possíveis de serem abarcados intensamente (MINAYO, 1993).

A partir da percepção da realidade, a qual manifesta a relação sujeito/objeto, a apreensão da pesquisa exige o desenvolvimento de outra sensibilidade, onde o pesquisador precisa rever conceitos e concepções e estabelecer uma comunicação com as várias perspectivas que cercam os membros dessa relação.

Dessa forma, o pesquisador se propõe a se abrir para novas possibilidades de conhecimento do objeto de pesquisa. Portanto, para fins deste estudo, será privilegiado o método qualitativo como forma de interpretar o fenômeno estudado a partir de um ponto de vista do mundo social, além de poder proporcionar a investigação das particularidades da questão social exposta.

A princípio, a pesquisa tinha como objetivo realizar uma análise da percepção de mulheres que foram vítimas de violência perpetrada contra a mulher em ambiente doméstico ou familiar e que foram atendidas no MPDFT. Porém, houve espera significativa para aprovação do Comitê de Ética ao qual o projeto foi submetido, mesmo tendo sido realizados todos os trâmites burocráticos exigidos. O projeto inicial foi submetido ao CEP em abril de 2014 e ficou parado injustificadamente até o mês de novembro do mesmo ano.

Vieira (2010) esclarece que é relevante refletir em que instâncias e com que configuração institucional e normativa pode garantir a ética em pesquisa, já que a estrutura atualmente estabelecida pelos comitês de ética traçado pela Resolução CNS 196/1996, não cumpre as especificidades exigidas pela pesquisa nas ciências humanas, além de correr o risco de propiciar a obstaculização de investigações de interesse público.

O processo de submeter à apreciação o projeto de pesquisa ao CEP tornou o acesso ao campo inviável. O debate sobre o acesso ao campo já é clássico nas ciências sociais. Vieira (2010) problematiza essa questão fazendo referência ao fato de ser um problema que afeta muitas pesquisas em que é necessária e pertinente sua apreciação a um CEP, tendo em vista que

de acordo com a Resolução CNS 196/1996, todo projeto de pesquisa que envolve seres humanos devem ser aprovados por um Comitê de Ética.

Todavia, o desafio é se inserir no campo de pesquisa, “conseguir permissão para estudar aquilo que se quer estudar, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar ou entregar questionários” (VIEIRA, 2010, p. 132). Diante desse contexto, e se tratando de um projeto de pesquisa para trabalho de conclusão de curso, foi pertinente a resignação da proposta inicial e mudança de foco.

Destarte, o presente estudo tem como fins metodológico a realização de levantamento bibliográfico sobre violência doméstica e sua relação com a dependência econômica a partir de artigos indexados em bases de dados, artigos disponibilizados na internet e livros. Foi empreendida busca eletrônica em duas diferentes bases de dados, quais sejam: Scientific Eletronic Library Online e Revista Katalysis Online, além da Biblioteca Digital de Monografias da Universidade de Brasília.

Nas bases de dados Scientific Eletronic Library Online, associou-se a expressão violência doméstica com as expressões dependência econômica, autonomia financeira e posteriormente dependência econômica de forma isolada. Não foi encontrado nenhum artigo com esses termos. Ao ser pesquisados a expressão violência doméstica com as palavras autonomia financeira de forma isolada foram encontrados 2 artigos e ao ser pesquisados a expressão violência doméstica com a palavra trabalho foram encontrados 32 artigos, descritos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Pesquisa realizada na base de dados Scientific Eletronic Library Online

Palavra Chave	Título	Autor	Total
Violência doméstica	--	--	235
Violência doméstica+ Dependência econômica	--	--	0
Violênciadoméstica+ dependência+econômica	--	--	0
Violência doméstica+ autnomia financeira	--	--	0
Violência doméstica+ autonomia+financeira	Fatores associados à violência por	D’Oliveira, Ana Flávia Pires Lucas	

Violência doméstica + trabalho	parceiro íntimo em mulheres brasileiras Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica	Araújo, Iara Maria, Lima, Jacob	02
		--	32

Por conseguinte, foi realizada busca na base de dados Revista Katalysis Online. Do total de 494 estudos realizados, ao associar a palavra chave violência doméstica, foram localizados 6 artigos. Enquanto que ao associar a expressão violência doméstica com as expressões dependência econômica, autonomia financeira e posteriormente as palavras dependência econômica e autonomia financeira de forma isolada, não foram encontrados nenhuma pesquisa com esses termos. Ao ser pesquisados a expressão violência doméstica com a palavra trabalho foram encontrados 2 artigos, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 2 - Pesquisa realizada na base de dados Revista Katalysis Online

Palavra Chave	Título	Autor	Total
Violência doméstica	A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais	Gentil Cutrim Serra Junior, Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha	06
	Sistema de justiça criminal e violência doméstica contra as crianças e os adolescentes: um estudo sociológico	Mari Cleise Sandalowsk	
	Violência doméstica como tema de estudo em programas de pós-graduação no estado do Rio de Janeiro	Sueli Bulhões da Silva, Antonio Carlos de Oliveira	

	A situação econômica como fator agravante da violência doméstica: um estudo na Delegacia da Mulher de Florianópolis	Lílian Mann dos Santos	
	Judicialização do privado e violência contra a mulher	María del Carmen Cortizo, Priscila Larratea Goyeneche	
	Para que tudo não termine como um “caso de família”: aportes para o debate sobre a violência doméstica	Regina Célia Tamaso Miotto	
Violência doméstica+ Dependência econômica	--	--	0
Violência doméstica+ dependência+econômica	--	--	0
Violência doméstica+ autonomia financeira	--	--	0
Violência doméstica+ autonomia+financeira	--	--	
Violência doméstica+ trabalho	A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais	Gentil Cutrim Serra Junior, Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha	02
	Judicialização do privado e violência contra a mulher	María del Carmen Cortizo, Priscila Larratea Goyeneche	

Efetou-se busca de dados na Biblioteca Digital de Monografias da UnB, especificamente na seção de monografias de especialização, com as mesmas expressões e palavras utilizadas na base de dados Scielo descritas acima. Ao ser utilizado a palavra chave

violência doméstica, foram encontrados 2 artigos, de um universo de 1.953 estudos publicados, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Pesquisa realizada na Biblioteca Digital de Monografias

Palavra Chave	Título	Autor	Total
Violência doméstica	--	--	02
Violência doméstica+ Dependência econômica	--	--	0
Violência doméstica+ dependência+econômica	--	--	0
Violência doméstica+ autonomia financeira	--	--	0
Violência doméstica+ autonomia+financeira	--	--	
Violência doméstica+ trabalho	A lei Maria da Penha e o regime interamericano de proteção dos direitos humanos	Tosi, Irene Bassanezi	02
	Referências do Brasil pré-industrial úteis ao turismo em áreas naturais e rurais	Gama, Eduardo Rodrigues Nogueira da	

Os estudos encontrados sobre o assunto, foram analisados por meio de leitura do título, resumo e introdução. Violência doméstica compreendeu o principal foco dos artigos e predominou a identificação do homem como praticante da violência contra a mulher e criança.

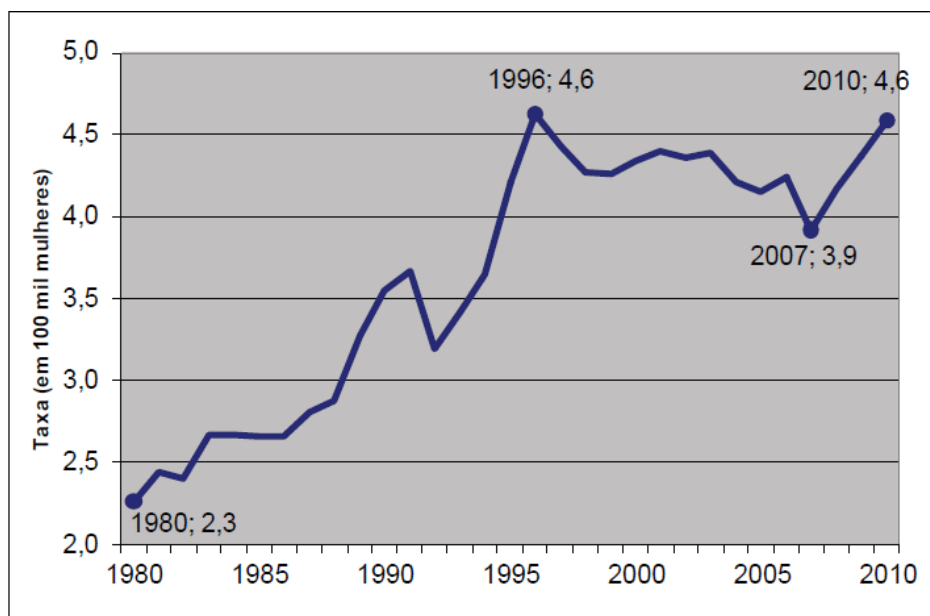
Tendo em vista a insuficiência de dados localizados sobre o tema deste estudo nas bases de dados eletrônicas selecionadas, buscou-se outras fontes na internet, já que como apontam Kauark, Castro e Medeiros (2010), a internet é uma importante ferramenta de busca de matérias para estudo fornecendo referências para avaliação da comunicação científica, e leitura de livros que abarcam o tema, onde atentou-se para questões consideradas importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, considerou-se a análise de conteúdo como significativo, uma vez que é por meio dela que podemos encontrar respostas para as questões formuladas e é possível confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (Minayo, 1993).

3.2 Reflexões sobre dados estatísticos referentes à violência doméstica

A violência doméstica é um problema grave e recorrente no país. São muitos os prejuízos gerados para a vítima, para sua família e para a sociedade. O acesso restrito à saúde, educação e trabalho, as práticas machistas que fazem com que o homem tenha sentimento de posse em relação a mulher e as desigualdades de gênero são alguns exemplos que corroboram para a constância do fenômeno.

Conforme estudo apontado pelo Mapa da Violência, atualizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), no marco temporal compreendido entre 1980 e 2010, no Brasil foram assassinadas mais de 92 mil mulheres, sendo 43,7 mil somente na última década. Quer dizer que está havendo um gradativo e considerável aumento de mulheres vítimas de assassinato, tendo uma queda em 2007, mas manteve o aumento em 2010, como pode-se observar no gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 – Evolução das taxas de homicídio feminino (1980/2010)



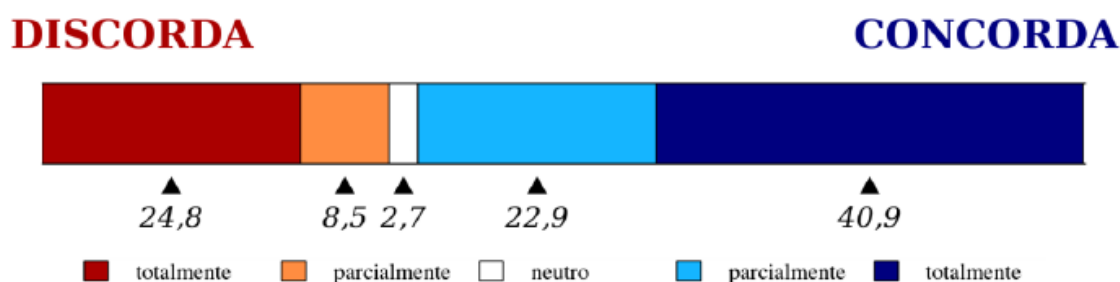
Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (2013)

A situação em tela, nos leva a fomentar a relevância de discutir sobre o tema de violência doméstica. Estudos recentes revelaram que 10 mulheres são assassinadas por dia e que a cada 15 segundos, uma mulher sofre algum tipo de violência no País.

Como vimos no decorrer deste estudo, vivemos em uma sociedade patriarcal que reproduz o machismo e contribui para as desigualdades entre homens e mulheres. Com fins a apreender a percepção de famílias sobre políticas públicas efetivadas pelo Estado, o Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS, atinente ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, realizou uma pesquisa em âmbito nacional. O SIPS caracteriza-se por ser uma pesquisa domiciliar e presencial que teve o intuito de investigar hábitos, atitudes, percepções e práticas individuais, sociais e institucionais referentes à violência de gênero. O SIPS realizou a pesquisa em 3.809 domicílios, em 212 municípios, envolvendo todas as unidades da federação e diferentes segmentos da sociedade, tais como pessoas idosas, adultas, jovens, mulheres, homens, católicos, evangélicos, dentre outros.

O gráfico 3 a seguir mostra que a imagem do homem como soberano dentro do lar ainda é aceita pela maior parte da população.

Gráfico 3 - Os homens devem ser a cabeça do lar (2013)



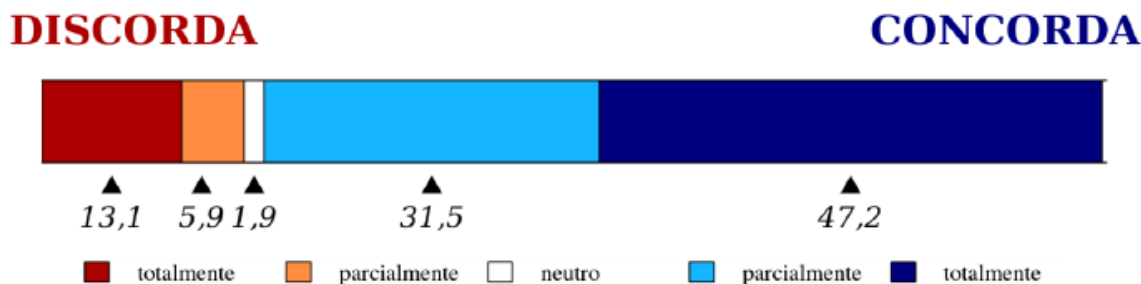
A violência perpetrada contra a mulher, alicerçada em questões de gênero, apresenta como viés a tradição patriarcal, a qual engloba a histórica e discriminatória compreensão de que a mulher deve ser submissa ao homem por estar em posição hierárquica inferior a ele na sociedade. Lilian Man (1999) enfatiza que as mulheres foram e continuam sendo vítimas das formas societárias mais opressivas, excludentes e autoritárias, que determinam as relações na sociedade.

Assim verifica-se que o machismo ainda está impetuosamente presente em nosso cotidiano. Inferem-se nesse sentido, as diversas situações em que homens impedem a companheira de estudar ou trabalhar fora, com a concepção de que a ocupação da mulher se restringe a cuidar da casa e dos filhos. Nesse sentido, geralmente o agressor detém em relação à vítima, a força física e o poder econômico, passando dessa forma a manipular e a agredir de diferentes formas. Nesse sentido, Saffiote (1999) destaca:

“O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo”. (Saffiote, p. 87, 1999)

Soma-se a isso o entendimento de que o que acontece dentro do lar não diz respeito nem à polícia, à vizinhança, à comunidade, à justiça ou aos outros familiares. Assim, mesmo os atos de violência são em muitas vezes considerados assuntos de esfera privada, conforme pode ser observado no gráfico 4.

Gráfico 4 – O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros (2013)



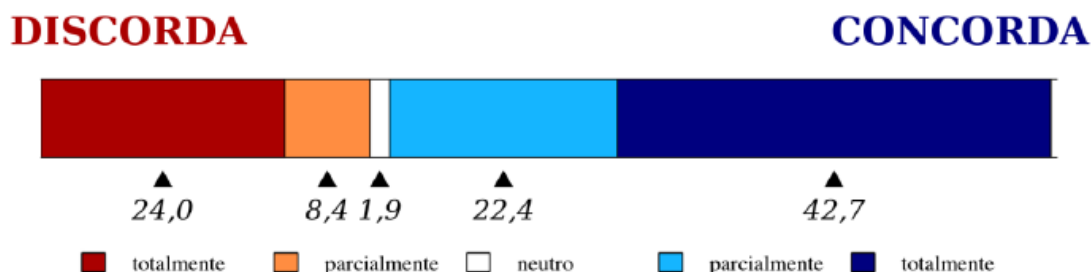
Fonte: Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (2013)

Consoante o gráfico, observa-se que a violência contra a mulher no âmbito doméstico tem sido tratada com naturalidade, o que ofusca a visibilidade e inibe ações que atenuam o problema.

Entretanto, a violência doméstica é um desrespeito aos direitos fundamentais da mulher que sofre agressão e um problema social que deve preocupar toda a população.

No tocante a essa questão, nos remetemos ao mito de que “mulher que é agredida e continua com o parceiro porque gosta de apanhar”, em referência no segundo capítulo deste estudo.

Gráfico 5 - Mulher é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar (2013)

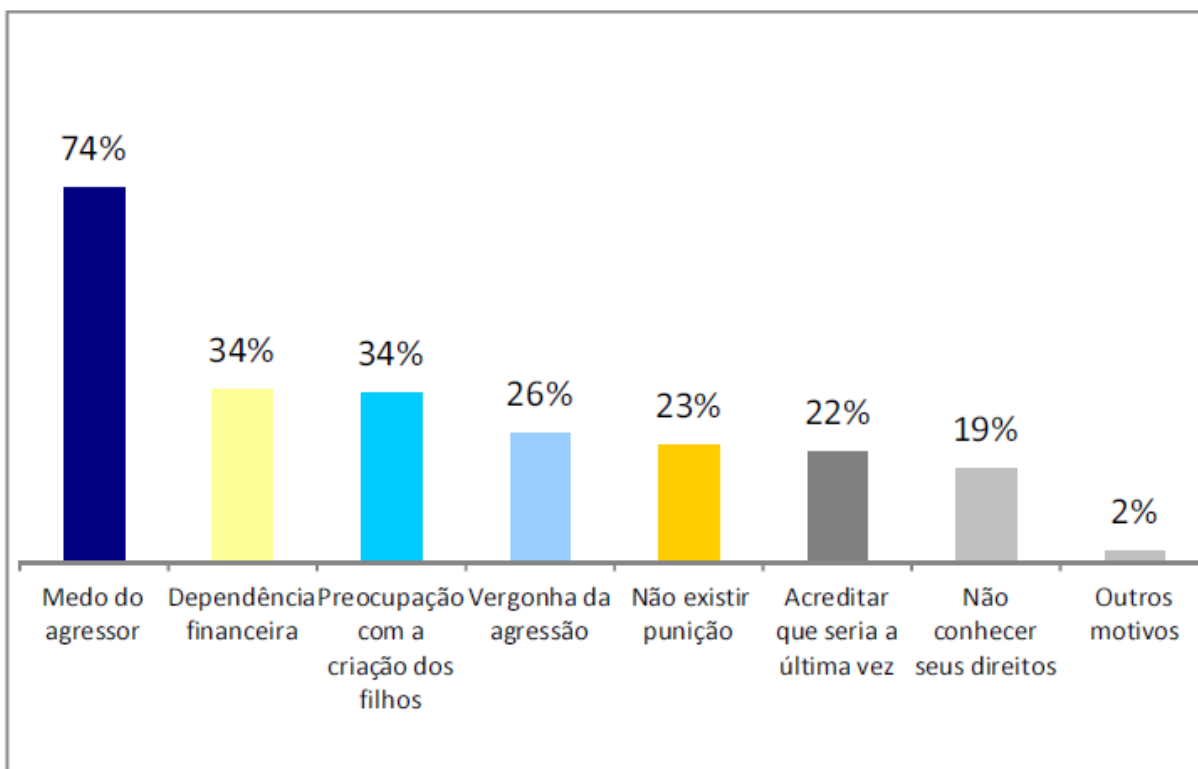


Fonte: Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (2013)

Os diversos fatores que levam a mulher a permanecer em uma relação marcada pela violência salientam o papel dominador do homem, que é reforçado pela cultura da sociedade, como demonstra o gráfico 5 acima. Saffiote (1999) pontua que a violência doméstica apresenta características específicas, sendo uma delas a rotinização, ou seja, o estabelecimento da relação violenta fixada. De acordo com a autora “o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu destino assim determina” (Saffiote, p. 88, 1999).

O fator de dependência econômica estabelece uma relação de subordinação da mulher em detrimento ao homem. Atrelado ao medo, esse fator inibe as vítimas de denunciar e romper a violência. Considerando que as forma de agressão contra a mulher, em sua maioria é cometida dentro de casa, a dependência econômica se confirma como o motor gerador da violência, consoante gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6 – O que leva a mulher a não denunciar a agressão (2013)



Fonte: DataSenado (2013)

A pesquisa realizada pelo DataSenado (2013) evidencia a dependência econômica como um dos principais fatores que leva a mulher a não denunciar a violência, antecedido apenas pelo medo do agressor. Por conseguinte, a mulher sem ter para onde ir, sem ter onde deixar os filhos e sem o apoio do Estado, não encontra outra saída a não ser se submeter a violência.

Lilian Mann (1999) assinala que a questão da violência relacionada com o fator econômico proporciona que as mulheres se sujeitem a atos violentos de seus maridos e companheiros. Em concordância com a autora, Safiotte (1999) atenta a questão de que o homem, enquanto único provedor na maioria das vezes, se for preso deixa de prover o sustento da família, o que se agrava quando a mulher tem muitos filhos pequenos, ficando assim impedida de trabalhar fora.

Outrossim, poderá ser observado que são vários os motivos que engendram a permanência de mulheres que dependem economicamente de seus companheiros. Portanto, podemos identificar as seguintes razões: a) medo do agressor b) a insegurança que muitas delas sentem em cuidar e prover mantimentos para os filhos menores sem a figura paterna no lar; c) vergonha da agressão; d) a falta de acesso às políticas de assistência social como creche e

programas de complementação de renda e e) a ausência de apoio e informação sobre seus direitos.

Considera-se a pertinência de se falar que o trabalho realizado pelas mulheres não dependem exclusivamente de seu próprio interesse, mas de demanda do mercado e das suas próprias qualificações para inseri-las, envolve uma articulação complexa de aspectos pessoais e familiares. a presença de filhos é um dos fatores que esta presente na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, de acordo com Maureen R. Michelson e Michael R. Dressle (2007).

Relevante ressaltar que não existe isonomia salarial entre homens e mulheres, então mesmo quando elas não estão em um estado de total dependência, recebem salários inferiores. Além disso, em momentos de crise financeira, elas são as mais afetadas pelo desemprego. É possível compreender que a desigualdade na divisão sexual do trabalho ainda é uma barreira para a equidade de gênero.

Pontua-se a importância que a igualdade de salários e oportunidades tem para que seja possível promover uma sociedade com mais equidade de gênero. Ademais, as políticas públicas constituem um pilar fundamental para a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

A MODO DE CONCLUSÃO

Este estudo se guiou no objetivo geral de analisar a relação da violência doméstica e a condição de dependência econômica como um fator para que elas não consigam se desvincular da situação de violência e isso foi possível por meio de levantamento bibliográfico.

A partir da apresentação e análise dos dados obtidos nesta pesquisa, confirmou-se que a dependência econômica constitui um fator de risco decisivo para que as mulheres não consigam alcançar a ruptura da violência até então vivenciada.

Pondera-se que as desigualdades na divisão sexual do trabalho ainda é uma barreira para a equidade de gênero. Nesse sentido, engendra na sociedade impactos consideráveis e influencia o acesso as possibilidades de ascensão profissional, transformando-se em obstáculos cotidianos que as mulheres enfrentam dentro e fora de casa.

Essa situação é ratificada pela fala da Eleonora Menicucci (2015), atual ministra da Secretaria de Política para as mulheres, a qual diz “somos mais de 51% da população brasileira, representamos quase 40% dos chefes de família, temos mais tempo de escolaridade que os homens, mas ganhamos quase 30% menos do que eles no mercado de trabalho e ainda 65,6% dos trabalhadores recebem até 2 salários mínimos, enquanto apenas 27,9% dos homens estão nessa faixa”.

Por esse motivo faz-se necessário debater o tema, a fim de podermos colaborar para que as mulheres rompam com as diversas formas de submissão que marcam suas vidas e compreendam que a conquista da autonomia financeira é um dos primeiros passos para porporcionarmos relações de igualdade entre os gêneros (Lilian Man, 1999).

Em uma sociedade em que a cultura patriarcal é reproduzida com tanta virilidade, os movimentos feministas e sociais assumem papel basilar no enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher, promovendo diversas conquistas ao longo do tempo.

Não podemos deixar de considerar que com as mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas, as mulheres também passaram a ocupar os espaços públicos e os principais fatores que contribuíram para a inserção feminina no mundo do trabalho foram o aumento do nível de

escolaridade, gerando novas oportunidades empregatícias, a queda da fecundidade e o crescimento de famílias monoparentais femininas (GUIRALDELLI, 2012)

Observa-se que embora ter-se considerado no último período um crescimento no número de mulheres que são consideradas chefes de família ou que passaram a trabalhar fora de casa, o trabalho doméstico, informal, ou menos remunerado permanece sendo o trabalho exercido e destinados para as mulheres na sociedade. Esse contexto reforça a insegurança econômica e a vulnerabilidade das mulheres mediante a violência doméstica.

Embora seja um desafio, reafirma-se a relevância de estabelecer políticas públicas transversais para que ocorram mudanças nas relações de desigualdades no mundo do trabalho, com ênfases nas políticas de erradicação da pobreza, promoção e orientação para trabalho e renda, incentivo ao empreendedorismo, qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país, contribuindo para que a mulher tenha autonomia e liberdade para decidir seu próprio destino.

Todavia, pondera-se também o investimento na educação como uma alternativa primordial. Nesse sentido, além da punição dos agressores e o investimento em políticas públicas, considera-se que a transformação da cultura machista é incontavelmente essencial para romper a permanência da violência contra a mulher na sociedade.

A conquista da autonomia econômica é fundamental para que as mulheres consigam prover seu próprio sustento e ter a liberdade de decidir por suas próprias vidas e para realizar escolhas, além de poder escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar.

Desfecha-se este estudo com a expectativa de que todas as mulheres que dependem economicamente de seus companheiros alcancem a autonomia financeira e consigam se desvincular da situação de violência. Permanece a esperança de que é possível a construção de uma sociedade que prime pela equidade de gênero, onde homens e mulheres possam respeitar suas diferenças, consolidando a democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero**. - 4ed. - Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2004. 40p. - (Cadernos SOS CORPO; v.1). 1.Gênero 2.Mulheres e sociedade I. GOUVEIA, Taciana II. Título CDU 396.

CRESWELL, John W.. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto/ John W. Creswell; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva – 3 ed. – Porto Alegre; Artmed, 2010. 296 p. ; il. ; 23 cm.

MAUREN, R. Michelson e DRESSLE, Michael R. Mulheres, Trabalho e Família, 2007. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie2.php>> Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL, Lei Maria da Penha. Lei número 11/340, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/lei11340_mariadapenha.pdf> Acesso em: 22 de jun. 2014.

MIZUNO Camila; FRAID Jaqueline Aparecida; CASSAB Latif Antonia. Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora? Universidade Estadual de Londrina, junho de 2010. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248.

MENEGHEL, S. N., BARBIANI, R., STEFFEN, H., WUNDER, A. P., DALLA Roza, M., ROTERMUND, J., et al. (2003). **Grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero**. *Cadernos de Saúde Pública*, 19 (4), 955-963.

KRONBAUER, José Fernando Dresch e MENEGHEL, Stela Nazareth. **Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro**. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2005, vol.39, n.5, pp. 695-701. ISSN 0034-8910. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102005000500001&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 de jun. de 2014.

_____. BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES. Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher. **Plano Nacional: Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: Construindo Políticas para as Mulheres**. – Brasília, 2003.

ADOMO, R.C.F.; CASTRO, A.L de. O exercício da sensibilidade: pesquisa qualitativa e a saúde como qualidade. In Saúde e Sociedade. São Paulo. v. 3, n. 2, p. 172-85,1994. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901994000200009>. Acesso em: 30 de jun. de 2014.

SAFFIOTE, H. I. B. Ja se mete a colher em briga de marido e mulher. *Perspectiva*, São Paulo, 1999, Vol. 13, n. 4, pp. 82-91. Disponível em <<http://scielo.br/pdf/spp/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. de 2014.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. *Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil*. São Paulo, 2006.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do Capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil; In *Revista em Pauta*, número 21. São Paulo, 2008.

CHERON, Cibele; SEVERO, Elena Erling. *Apanhar ou passar fome? A difícil relação entre dependência financeira e violência em Porto Alegre, RS*. Porto Alegre, 2010. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278279902_ARQUIVO_Cheron_Severo.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2014.

ALVES, Branca Moreira Alves; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Organização das Nações Unidas (ONU). Conferência Mundial para os Direitos Humanos. Conferência que visou discutir o reconhecimento dos direitos das mulheres e que a violência de gênero fosse incluída na discussão ; 1993 ; Viena [evento na Internet]. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declarações-e-Tratados-Internacionais-de-Proteção/declaracao-e-programa-de-acao-de-viena.html>>. Disponível em 15 de jun. 2014.

JINKINGS, Isabella. *Sob o domínio do medo: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo*. Campinas, 2007. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000428010>>. Acesso em: 15 de mar. 2014.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. *(Des) estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil*. Brasília, 2011. Disponível em <<http://pct.capes.gov.br/teses/2011/53001010035P1/TES.PDF>>. Acesso em: 20 de mar. 2015.

YASBEK, Maria Carmelita. *Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade*. In: *SERVIÇO SOCIAL: Direitos e Competências Profissionais*, 2009. Disponível em: <<http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/cdc82cccfe1422b2b4f75e67fe21e23cadb2c75f.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo : Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2).

Políticas públicas [recurso eletrônico]: definições, interlocuções e experiências / org. Mara de Oliveira, Sandro Trescastro Bergue. – Dados eletrônicos. Caxias do Sul, RS : Educs, 2012.

Disponível em

<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/POLITICAS_PUBLICAS_EDUCS_EBOOK_2.pdf.

>. Acesso em: 15 de mar. 2015.

_____. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il. 1. Plano Nacional - Brasil. 2. Discriminação contra a Mulher - Brasil. 3. Igualdade para as Mulheres - Brasil. 4. Políticas Públicas. I. Título. II. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. **Quantitativo- Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?**. In: Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

FLEISCHER, Soraya. (Org.) **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica** / Soraya Fleischer, Patrice Schuch (Organizadoras); Rosana Castro, Bruna Seixas, Daniel Simões (Colaboradores) – Brasília: LetrasLivres : Editora Universidade de Brasília, 2010. 248p.

VIEIRA, Bittencourt. Desencontros e descaminhos de uma pesquisa sociológica em um hospital público. In *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Editora Universidade de Brasília, 2010.

_____. BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundamentos de Política Social**. In: MOTA, Ana Elizabete [ET AL.], (orgs). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

_____. SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de gênero : o lugar da práxis na construção da subjetividade. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_saffiotti.pdf. Acesso em: 23 de mar. de 2015.

ANTUNES, Ricardo L.C. Adeus ao trabalho? As metamorfoses no mundo do trabalho e dimensões da crise do sindicalismo. Campinas, 1994. Tese (Livre Docência em Sociologia do Trabalho). IFCH/UNICAMP.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão Social: objeto do Serviço Social? **Serviço Social em Revista**. V. 2, n° 1, Jul/Dez, 1999. Disponível em:< <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Adeus à divisão sexual do trabalho?: desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. *Soc. estado*. [online]. 2012, vol.27, n.3, pp. 709-732. ISSN 0102-6992. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000300014>>. Acesso em: 17 abr 2015.

SANTOS, Lílian Mann dos. A situação econômica como fator agravante da violência doméstica: um estudo na Delegacia da Mulher de Florianópolis. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 4, p. 113-121, jan. 1999. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6263>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

CARMO, Perla Cristina da Costa Santos de; MOURA, Fernanda Gomes de Andrade de. Violência Doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo. *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.

OLIVEIRA, Mara de. Políticas públicas [recurso eletrônico]: definições, interlocuções e experiências/org. Sandro Trescastro Bergue. – Dados eletrônicos. Caxias do Sul, RS : Educus, 2012. 222 p.; 23 cm.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Abril, 2014. 154 Páginas

BRASIL. IPEA. SIPS sobre a “*Tolerância social à violência contra as mulheres*”. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf. Acesso em: 30 jun 2015.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, Secretaria de transparência, março de 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenadoPesquisa_Violencia_a_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf. > Acesso em: 18 jun. 2015.